



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Fundamentos do Serviço Social

O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL NA DÉCADA DE 1980 E ALGUMAS PARTICULARIDADES EM ALAGOAS

ROSA LÚCIA PRÉDES TRINDADE¹

MILLENA VITÓRIA FERREIRA DE LIRA²

SULAMITA VITÓRIA SOARES DA SILVA³

RESUMO:

O texto sobre o Serviço Social no Brasil e em Alagoas na década de 1980 é parte de uma pesquisa com objetivo de analisar a condição profissional do Serviço Social no processo de laicização de sua formação profissional e de consolidação de seu mercado de trabalho a partir da década de 1970. São apresentados resultados parciais da pesquisa, a partir da pesquisa bibliográfica e documental.

palavras-chaves: Serviço Social, história, década 1980

ABSTRACT:

The text about Social Work in Brazil and Alagoas in the 1980s is part of a research aimed at analyzing the professional condition of Social Service in the process of secularization of its professional training and consolidation of its job market since 1970s. Partial results of the research are presented, based on bibliographic and documentary research.

key words: Social Work; history, 1980s

INTRODUÇÃO

Este texto é fruto de uma pesquisa histórica sobre o Serviço Social no Brasil e em Alagoas, desenvolvida com apoio de bolsas produtividade em pesquisa (PQ) e iniciação científica, concedidas pelo CNPq. O projeto de pesquisa tem o objetivo de analisar a condição profissional

¹ Universidade Federal de Alagoas

² Universidade Federal de Alagoas

³ Universidade Federal de Alagoas



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

do Serviço Social no processo de laicização de sua formação profissional e de expansão do mercado de trabalho para assistentes sociais em Alagoas a partir da década de 1970. Neste texto socializaremos resultados parciais da pesquisa sobre a década de 1980.

A pesquisa ainda está em andamento, no âmbito da Universidade federal de Alagoas (UFAL), mas já é possível destacar alguns resultados parciais, a partir da pesquisa bibliográfica e documental empreendida no último ano. A demarcação do tema na década de 1980 valoriza o momento em que a renovação crítica estava em curso, o que envolveu mudanças significativas na formação profissional, no direcionamento teórico, na ética profissional e na organização política da categoria.

Em Alagoas esse processo ocorre em concomitância com o movimento nacional da década de 1980, diferentemente de seus primórdios, quando o primeiro curso de Serviço Social foi tardiamente fundado pela Ação Católica local no ano de 1957, sendo este curso sua principal ação até a década de 1960. A instituição religiosa manteve o curso de 1957 a 1971, quando em 1972 ocorre a laicização da formação profissional em Alagoas, com a criação do Departamento de Serviço Social da UFAL e com a instalação do curso de graduação que funciona até os dias hoje. (Amaral, Souza, Trindade, 2021).

Em Alagoas, na década de 1980, ocorre a revisão crítica da formação de graduação com a mudança do currículo e com os investimentos na capacitação do corpo docente da UFAL; com a reestruturação do movimento estudantil; bem como com a criação do conselho profissional regional, CRAS na época, em 1983, quando o coletivo profissional estadual se desvincula da jurisdição de Pernambuco, e passa a ter seu conselho próprio. Na pesquisa que ora desenvolvemos, buscamos fontes documentais que registram esses processos históricos e apresentamos alguns resultados, situando-os no contexto local e nacional.

DESENVOLVIMENTO

O recorte da pesquisa histórica acerca do Serviço Social na década de 1980, no Brasil e, particularmente em Alagoas, decorre do reconhecimento da importância do chamado processo de renovação da profissão no Brasil pós-1964⁴, conforme Netto (2017), cuja direção histórico-crítica

⁴ A partir da década de 1960, o Serviço Social no Brasil passa por um processo de revisão de suas bases tradicionais, momento denominado por Netto (2017) como *renovação* da profissão, com três diferentes



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

vai se consolidar na década de 1980. Em Alagoas isso significou a consolidação da laicização do Serviço Social, especialmente a partir da criação do curso de graduação em Serviço Social na UFAL, quando a formação sai da institucionalidade da Igreja Católica e entra no circuito universitário laico. Em poucos anos o curso se consolidou, formou muitos profissionais e chegou à década de 1980 como um dos fortes pilares da universidade pública em Alagoas.

Em 1980 a crise econômica brasileira, ocasionada pelos efeitos dos choques do petróleo (1973 e 1979) e do aumento dos juros internacionais (1978 - 1982), ocasionou um cenário de relevantes impasses ao país, conforme apontam Vargas e Felipe (2015). A economia no Brasil teve um período de estagnação entre 1981 e 1983, tem um breve momento de retomada do desenvolvimento entre 1984 e 1986, e retorna à recessão econômica em 1987 a 1989. Segundo Wanderley (1986), a dívida externa é um aspecto fundamental dessa crise, e, neste cenário, observa-se a intensificação das expressões da questão social, e uma diminuição da renda e emprego. Para Marangoni (2012), a partir da diminuição fiscal, o Estado reduziu sua capacidade de administração sobre as políticas.

Diante de tal quadro, o pacto de classes articulado pelo golpe de 1964 – grande burguesia interna e externa somadas a setores médios – foi colocado em questão. O padrão de acumulação da última fase do projeto desenvolvimentista – assentado em investimento público, capital externo e capital privado nacional – entraria em crise terminal (Marangoni, 2012).

Considerando-se as particularidades do estado de Alagoas neste período ditatorial, o cenário fundiário e social dos poderes oligárquicos do Estado não teve expressivas modificações, visto que, segundo Campos (2023), as bases de dominação do território alagoano permaneceram intactas. Tal configuração significou um fortalecimento da predominância do setor canavieiro no Estado, acompanhado das sequelas derivadas deste campo, tanto na precarização da vida dos trabalhadores, quanto nos impactos ambientais e na ampliação dos latifúndios (Santos, 2017, p. 132 apud Campos, 2023, p. 40).

O governo de Divaldo Suruagy marca o final da década de 1970 em Alagoas, a partir de um expressivo investimento no campo econômico do estado e da subalternização da esfera social (Lopes, 2016). A partir dos dados expostos em Carvalho (1993) é possível observar indicativos relacionados à situação em alguns setores do estado no final da década de 1970 e início de 1980:

vertentes: modernização conservadora, reatualização do conservadorismo e intenção de ruptura, todas decorrentes dos processos históricos produzidos pela emergência da ditadura militar no período pós-1964.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

[...] 42% da População Economicamente Ativa encontrava-se desempregada ou subempregada; e entre a parcela que estava ocupada, 68% recebiam até um salário-mínimo; 55% da população acima de 15 anos era analfabeta e 38% das crianças entre 7 e 14 anos não frequentavam escolas. Dos 138.000 alunos que frequentaram a 1ª série do 1º grau em 1979, apenas 55.000 se inscreveram na 2ª série em 1980, sendo que parte desses alunos era repetente; somente 2% da população era atendida por serviço de coleta de esgoto sanitário e apenas 30% era servida por água potável (Carvalho, 1993, p. 23).

Lira (2007 apud Costa; Pimentel, 2020) analisa que apesar do desenvolvimento econômico observado em Alagoas na década de 1970 e na metade dos anos de 1980, as condições de vida da população alagoana não sofreram modificações benéficas, o que se expressa no ambiente desigual, no qual “[...] a renda e, principalmente, a terra [...] ficaram concentradas em poder dos 10% mais ricos” (Lira, 2007, 309-10 apud Costa; Pimentel, 2020, p. 118). Segundo Almeida (1999 apud Campos, 2023), ocorre nesse período uma intensificação da precarização, o mesmo que informa Carvalho (1993) ao citar a precarização em outros setores, tais como na área habitacional, no setor dos transportes públicos e em questões relacionadas à alimentação

No que concerne ao panorama econômico do Estado, os impactos econômicos externos, vinculados às alterações no mercado do petróleo, nortearam a economia brasileira para o Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL), este quadro parece significar um ambiente benéfico ao setor agroindustrial açucareiro de Alagoas, o que se observa no desenvolvimento da exportação do álcool e do polo petroquímico (Lopes, 2016). No entanto, nos anos seguintes, entre 1983 e 1987, os impasses derivados da crise do “milagre econômico” e do declínio do desenvolvimento observado anteriormente no estado, se fazem presentes no plano alagoano. A partir de 1985, segundo Costa e Pimentel (2020), o PIB alagoano decaiu, o setor agropecuário, que contribuía com 26,6% do PIB, cai gradualmente, se configurando como uma crise neste setor.

No período ditatorial, com a modernização conservadora, Alagoas experimentou uma combinação entre o crescimento econômico e fortalecimento da máquina estatal. No entanto, foram contabilizados os piores indicadores sociais e de concentração de renda. Apesar da inauguração de um período democrático (1985), o contexto político alagoano foi demarcado pela manipulação midiática na intenção dos votos, por desastres administrativos, como fraudes, desmandos financeiros e políticos, bem como pela crise fiscal intensificada com o acordo dos usineiros (Costa; Pimentel, 2020, p. 203-204).

No plano nacional, é necessário destacar os avanços políticos da chamada “década perdida” no tratante à economia, já que nesse período ocorrem as lutas sociais para superar um dos períodos mais sombrios e autoritários do cenário brasileiro: a ditadura militar; e isso é fruto de lutas assíduas e mobilizações populares contra o regime vigente. A crise resultou também na



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

emergência de diversas mobilizações populares (Marangoni, 2012), que se expressaram na defesa e luta pela anistia, na eclosão de novos partidos e organizações vinculados à classe trabalhadora com reivindicações por seus direitos, em defesa do fim do regime autoritário e em prol da democracia (Castro; Toledo, 2011).

A organização popular na década de 1980 em Alagoas segue o panorama estabelecido nacionalmente, com a reorganização e a emergência de movimentos sociais de diversos segmentos da sociedade, a organização de trabalhadores, moradores, estudantes, mulheres, ecologistas, da população indígena e afro-brasileira. Dentre os elementos da nova face do campo político alagoano, na década de 1980, estavam a emergência de movimentos sociais inéditos, a aparição do movimento sindical independente e a reorganização das entidades que lideravam o movimento estudantil. (Carvalho, 1993). No movimento estudantil, destaca-se o protagonismo dos estudantes da Universidade Federal de Alagoas (UFAL); no movimento sindical se destacam os profissionais liberais e os servidores públicos do estado. No plano do movimento sindical, a década de 1980 se configura como uma etapa de fortalecimento das entidades, a partir de eleições para as respectivas diretorias, assim como a emergência de novos sindicatos (Campos, 2023).

No âmbito do Serviço Social, a década de 1980 começa sob a hegemonia teórico-política da vertente modernizadora advinda da consolidação das demandas das políticas sociais ditatoriais e das respostas profissionais que reiteraram o conservadorismo modernizado. Entretanto, naquele momento, essa vertente já era questionada pelas outras duas direções da renovação profissional pós-1964, pois a chamada reatualização do conservadorismo já se colocara no debate profissional, e, principalmente, as bases da chamada intenção de ruptura já tinham se estabelecido. As vertentes questionadoras da modernização conservadora construía suas críticas por um lado assentadas no catolicismo e na tradição profissional oriunda de sua gênese no Brasil e que se punham contrários ao processo de laicização e de tecnificação das ações profissionais. De outro lado, a crítica foi construída na defesa da ruptura com o Serviço Social tradicional, na oposição ao caráter conservador da perspectiva modernizadora e de sua associação ao regime autoritário (Netto, 2017). Dentre estas duas perspectivas, somente a intenção de ruptura se constitui enquanto um novo projeto da profissão, ao debater de modo crítico a emergência e o desenvolvimento da profissão, considerando os aspectos da “[...]”



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

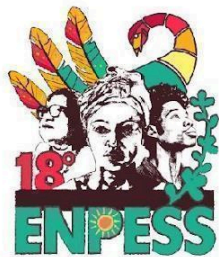
Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

estrutura econômico-social e não se limitando a promover mudanças na constituição interna do Serviço Social” (Trindade, 2001, p. 18).

É também nesse momento que se fortalece o debate sobre uma nova formação profissional, cujas discussões se iniciaram ainda no final da década de 1970, quando se propôs a revisão do currículo para a graduação em Serviço Social. Em 1979, houve a aprovação do texto com a reforma do currículo na XXI Convenção Nacional Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), e no âmbito da política de educação superior a aprovação se deu em 1982, mediante posicionamento favorável do Conselho Federal de Educação (CFE). O novo currículo mínimo respondia à necessidade de respostas profissionais que estivessem alinhadas às discussões de teor mais crítico e mudanças pelas quais a sociedade brasileira vivia naquele instante, como mostrado no texto do Parecer 412 de 1982, ao requerer uma postura comprometida com a realidade, que rompesse com as ações profissionais fragmentadas e parciais. (Almeida, 2016, p. 34). Diante das mudanças, “os estudos rompem com a antiga metodologia de Caso, Grupo e Comunidade e passam a ter como eixo norteador a história, a teoria e o método, dentro de uma perspectiva dialética” (Gonçalves, 2013 apud Almeida, 2016, p.35), de modo que a produção de conhecimento fosse capaz de responder às demandas dos usuários, caracterizando-se pela articulação entre ensino, pesquisa e extensão e orientando-se por diretrizes básicas.

Em alinhamento ao processo de debates sobre a formação profissional, a graduação da UFAL promove a implantação deste novo currículo em 1984, alinhando-se ao movimento nacional, a partir da aprovação do novo currículo em 1982. O curso da UFAL era vinculado à ABESS e docentes e discentes tiveram expressiva participação no processo de revisão do currículo da formação da profissão no país. É nesse contexto, que em 1984 se inicia no Departamento de Serviço Social um curso *lato sensu* de Metodologia do Serviço Social, considerado como a primeira iniciativa da pós-graduação do curso na UFAL⁵, que se apresentou como uma resposta

⁵ De acordo com Amaral; Alcantara; Souza (2017, p. 174 - 175) a primeira iniciativa da pós-graduação em Serviço Social na UFAL foi *lato sensu*, ou seja, uma “especialização”, que se deu por meio da criação do curso de Metodologia em Serviço Social. Apenas na década de 1990 é que se obteve curso em nível *stricto sensu*, nesse período em específico, para mestrado, que se deu por meio de parceria ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Logo, embora a década de 1980 seja importante para a formação profissional, em Alagoas alguns registros só começam a surgir a partir da década de 1990 e dos anos 2000.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

às necessidades de qualificação dos docentes e supervisores de estágio (Amaral; Alcântara; Souza, 2017).

A qualificação docente, a propósito, foi um dos desafios enfrentados nacionalmente pelos cursos de Serviço Social, quando da mudança de direção teórico-metodológica e ético política no processo de intenção de ruptura. Em publicação de 1985, encontra-se uma *Análise dos Cursos de Graduação Relatório da Área de Serviço Social*, de autoria de consultores da área que analisaram dados fornecidos pela SESU (Secretaria de Educação Superior), relativos ao ano de 1983⁶. Neste levantamento estão registradas algumas tendências sobre os cursos, a despeito de serem baseadas em uma amostra de 17 cursos dentre os 55 existentes naquele momento, a saber: baixa qualificação do corpo docente; dificuldades na infraestrutura para acesso aos livros, para instalações e para material pedagógico; mesmo assim há bons índices de conclusão dos ingressantes. (ANÁLISE..., 1985). Neste levantamento, é identificado um baixo índice de qualificação do corpo docente do curso de Serviço Social da UFAL, além da ausência de produção científica docente.

Seguimos neste percurso histórico sobre a profissão na década de 1980, agora destacando o mercado de trabalho do Serviço Social, que naquele momento tinha se consolidado com a expansão de políticas sociais na ditadura militar, desde a década de 1970. Esta consolidação do mercado de trabalho nacional para assistentes sociais decorria das diversas modificações provocadas pelo regime autocrático no processo de acumulação de capital e da intensificação do caráter interventivo do Estado, em prol do desenvolvimento do capital, o que incidiu sobre a estruturação de políticas setoriais. (Netto, 2017). Isso impactou nas demandas e na configuração da categoria, conforme destaca Netto:

[...] as condições de trabalho da massa da categoria profissional — com sua aproximação geral às camadas trabalhadoras —, o novo público em que se recrutam os quadros técnicos, o clima efervescente do circuito universitário quando da crise da ditadura (envolvendo todos os intervenientes da arena acadêmica) e, principalmente, o quadro sociopolítico e ideológico dos primeiros anos da década, que conduziu à participação cívica amplos contingentes das novas camadas médias urbanas, com destaque para seus setores técnicos (Netto, 2017, p. 162-163).

Segundo Netto (2017), a expansão do número de assistentes sociais durante o período ditatorial no Brasil, que perdurou de 1964 a 1985, foi incontestável, no entanto, no início da

⁶ Dados obtidos através de aplicação de questionários respondidos pelos cursos. Os consultores fizeram a apreciação dos conteúdos embora não tenham participado do processo de coleta dos dados, o que foi registrado no texto, por isso mesmo destacam as limitações dos dados obtidos no levantamento, cujo trabalho de análise foi realizado entre setembro de 1984 a fevereiro de 1985. (ANÁLISE, 1985).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

década de 1980 há indícios de saturação desse mercado, devido ao contexto marcado pela crise econômico-social. Bonetti, Carvalho e Iamamoto (1984) indicam um possível impasse para a categoria profissional no início da década de 1980, pois consideram a existência de um “exército intelectual de reserva” e de um “proletariado acadêmico” no interior da categoria profissional, devido a não inserção dos assistentes sociais formados no mercado de trabalho ou na inserção destes em subempregos, às margens do mercado de trabalho ou em atuações desvinculadas do processo de formação profissional.

Outras informações sobre o mercado de trabalho para assistentes sociais desta época estão expostas em uma pesquisa sobre o Salário-Mínimo Profissional dos Assistentes Sociais, elaborada pela Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS), em 1982. Assistentes sociais que participaram da pesquisa eram dos estados de Amazonas, Bahia, Brasília, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo (Capital, Campinas, Ribeirão Preto e Santos). No conjunto das informações fornecidas pela pesquisa, foi possível observar que nas regiões pesquisadas o período com maior expressividade de contratações de assistentes sociais foi entre 1975 e 1982, representando 65,7%.o entanto, em algumas localidades esta dinâmica se mostra diferente, na Bahia e em Ribeirão Preto o período com maior incidência de contratação ocorreu entre 1980 e 1982. Além disso, também é possível observar os dados sobre os empregadores da categoria, a área privada se apresentou como uma maior porcentagem (30,6%), seguido pelo campo estadual, com 28,1%, e federal, com 20%. Contudo, Pernambuco apresentou um maior índice de empregadores no campo federal, com 39,9%, e foi o único a não apresentar empregador na área municipal (Ceneas, 1982).

Dados sobre o mercado de trabalho em Alagoas podem ser observados em uma pesquisa sobre as funções socioinstitucionais do Serviço Social no Nordeste, durante o período de 1978 a 1982. (Weisshaupt, 1985). Dentre os antecedentes e motivos para a realização da pesquisa estão as demandas profissionais dos assistentes sociais observadas no campo de atuação e a necessidade de estudo sobre a prática profissional diante das novas demandas para a categoria. Com relação a essas novas demandas a pesquisa indica “[...] a centralização político-administrativa, o fortalecimento do planejamento como instrumento de governo, o crescente controle estatal sobre a prestação de serviços, etc. [...]” (Weisshaupt, 1985, p. 21), são exemplos de modificações que ocasionaram implicações para a profissão ou influíram “[...] na redefinição de seus termos constitutivos” (p. 21).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

O primeiro dado exposto na pesquisa refere-se à quantidade de organizações por setores institucionais. Em Alagoas foram constatadas 33 organizações⁷, representando 6,4% do quantitativo da região nordestina, entre essas, o campo estadual apresentou a maior porcentagem, com 11 organizações, seguido do campo privado, com 10 instituições, as demais organizações estavam situadas no âmbito federal (6), economia mista (4) e municipal (2). Nesses setores, foram identificados 238 assistentes sociais, significando 9% no quantitativo total da região nordeste, entre esses, 50,4% estavam inseridos no campo estadual, 24,4% na área federal, 9,2% no setor privado, 8,4% no campo municipal e 7,6% na economia mista. No setor público federal, 77,6% de profissionais se encontravam nos órgãos vinculados ao Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS), seguindo-se a tendência dos demais estados nordestinos. Além disso, outros órgãos federais aparecem na pesquisa: 13,8% de profissionais nos órgãos vinculados ao Ministério da Educação e Cultura e 8,6% ao Ministério do Interior. No campo público estadual, a maior incidência de profissionais se expressou no órgão do poder executivo da educação, com 40,8%, enquanto na área da saúde esse número significou 21,6%, seguido das seguintes áreas: Trabalho e Ação Social (16,6%), agricultura (7,5%), transportes (6,6%), Instituto de Previdência (4,2%), e Poder Legislativo e Judiciário (2,5%). A respeito da área pública municipal, 50% dos assistentes sociais estavam inseridos na administração indireta, 40% na administração direta e 10% na previdência municipal. No setor privado, 54,5% da categoria estava inserida em instituições vinculadas à saúde, 41% nas empresas e patronais⁸, 4,5% nas

⁷ O texto informa as organizações pesquisadas em Alagoas foram as seguintes: Auto Viação Progresso Ltda., Centro Psiquiátrico Judiciário, Centro Social Rural Dom Adélio, Clínica de Repouso Dr. José Lopes, Companhia de Eletricidade de Alagoas, Companhia de Habitação Popular do Estado de Alagoas, Escola Técnica Federal de Alagoas, Fundação Educacional de Maceió, Fundação de Saúde de Alagoas, Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social, Instituto Nacional de Previdência Social, Legião Brasileira de Assistência, Secretaria Estadual de Negócios de Educação e Cultura, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e Serviço Social da Indústria (Weissshaupt, 1985).

⁸ Nesta categoria estão as usinas de açúcar e álcool, e na pesquisa encontramos um documento do Ministério da Indústria e do Comércio, no qual foi registrado a realização, em Maceió, do II Seminário Nacional de Serviço Social para a Agroindústria da Cana de Açúcar, em novembro de 1982, evento promovido pela Sociedade dos Técnicos Açucareiros e Alcooleiros do Brasil (STAB) e patrocinado pela Associação dos Plantadores de Cana de Alagoas (ASPLANA). Entre algumas das temáticas das palestras do evento estavam o “Programa de alimentação de trabalho e o plano de assistência social” e “A associação de empregados e a absorção de excedentes de verbas de assistência social”. Além disso, foi citado no documento que uma assistente social, do Sindicato da Indústria do Açúcar de Pernambuco, ao expor uma apresentação audiovisual que mencionava a greve dos trabalhadores canavieiros de Pernambuco e informações referentes às indústrias canavieiras do referido estado, teria provocado incômodo ao público do seminário, visto que, o conteúdo exposto na apresentação teria representado o incentivo à greve e exposto aspectos “comprometedores” da indústria açucareira de Pernambuco (Arquivo Nacional, 1982).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

instituições de beneficência e desenvolvimento comunitário. Já nas instituições de economia mista 100% desses profissionais estavam no campo das instituições de distribuição, prestação e administração de serviços.

Amaral, Souza e Trindade (2021), ao citarem o mercado de trabalho da profissão na década de 1980 em Alagoas, indicam que o contexto de desigualdade social no estado, em conjunto com a ampliação de políticas sociais, teria provocado determinada abertura no mercado de trabalho estadual para a categoria profissional. Em vista disso, as autoras citam a realização de alguns concursos: “[...] Secretaria de Educação (1986), Unidade de Emergência Dr. Afrânio Lages/Fundação Governador Lamenha Filho-Funglaf (1987) e Secretaria de Saúde e Serviço Social – SSSS (1987)” (idem, p. 108), além de destacarem o programa do concurso da Secretaria de Saúde e Serviço Social (SSSS) com marcas da “[...] influência da renovação crítica no universo profissional, desde a revisão curricular de 1984” (idem p. 108).

Ao situar a realidade da profissão no Nordeste, Silveira Jr. (2022) indica que o período de transição para a década de 1980 significa uma “equalização” do Serviço Social da região com a chamada vertente de intenção de ruptura da profissão no Brasil. O processo de efervescência popular contra a ditadura e em direção a uma sociedade democrática, influenciaram a reflexão do posicionamento profissional do Serviço Social com relação ao direcionamento social de sua atuação. O debate a respeito da intenção de ruptura com as marcas conservadoras da profissão, visava obter novos fundamentos para a atuação profissional, a partir do entendimento da contradição que permeia a ação do assistente social, pautada no reconhecimento de seu papel político no contexto de luta de classes. Ao analisar o Serviço Social no Nordeste, Silveira (2022) destaca que a década de 1980 foi marcada pela expressiva politização das organizações da categoria profissional e a reorganização gradual do movimento estudantil⁹, ambos inclinados para o vínculo com a luta dos trabalhadores, a luta pela democracia e pelos direitos sociais, em uma conjuntura marcada pela crise do regime ditatorial.

O panorama alagoano indica marcos que se alinham às pontuações realizadas por Silveira Jr. (2022), já que localmente ocorre a criação de duas importantes formas de organização dos assistentes sociais em Alagoas: o Conselho Regional de Assistentes Sociais (CRAS/AL), em

⁹ Com relação ao movimento estudantil em Alagoas, Silva (2008), cita a participação do Diretório Acadêmico Arthur Ramos de Serviço Social na realização de debates vinculados às reivindicações estudantis e a participação do movimento estudantil em discussões e lutas vinculadas ao movimento Diretas Já.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

1983, e o Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado de Alagoas (SASEAL). O sindicato fora organizado a partir da reorganização da Associação Profissional dos Assistentes Sociais de Alagoas (APASAL) ¹⁰. Sobre o conselho profissional, tratou-se da autonomia da categoria em relação ao conselho do vizinho estado de Pernambuco, em cuja delegacia, situada em Maceió, inscreviam-se profissionais atuantes em Alagoas. A partir de setembro de 1983 o CRAS 16ª Região assumiu a jurisdição do Estado de Alagoas.

Na fase atual desta pesquisa histórica, estamos explorando os conteúdos das atas de reunião desta entidade, e já podemos destacar alguns pontos. A partir de informações colhidas nas atas de reunião das gestões nos primeiros anos do CRAS, 1983 e 1984, pode-se perceber a efervescência de debates politizados e a busca por eleições mais democráticas, inclusive as internas à categoria. É notória a preocupação das primeiras gestões com a realidade do Serviço Social no estado, tal como na ata de 8 de agosto de 1984, onde são registrados problemas éticos do Serviço Social em um Hospital e o caso é levado à Comissão de Fiscalização para que houvesse um posicionamento. Também está anotada a participação de Alagoas no processo de revisão do código de ética profissional de 1986, pois há menção à necessidade de mudar o código vigente naquele momento, aprovado ainda em 1975. (Ata do Cress/AL de 23 de fevereiro de 1984, p. 16). Sobre o SASEAL, encontramos um registro da promoção de um seminário sobre a Constituinte, em conjunto com outras entidades sindicais do estado, no ano de 1985, com discussões sobre a necessidade de reforma da Lei de Segurança, críticas ao regime ditatorial e a José Sarney, e sobre a defesa da Constituinte (Arquivo Nacional, 1985).

Na história da profissão em Alagoas foi possível identificar as tendências da renovação crítica da formação profissional e da organização política da categoria próprias aos anos 1980, bem como os desafios do mercado de trabalho profissional numa década marcada por crises econômicas e políticas, quando a estrutura das políticas sociais ainda não tinha sido impactada pelas mudanças constitucionais que só se estabeleceriam na década seguinte. Seguimos, portanto, com as atividades de pesquisa acerca do Serviço Social na década de 1980, buscando capturar as particularidades de Alagoas, sem perder de vista o contexto nacional. Neste texto

¹⁰Em documento do Ministério das Comunicações, acusa-se a realização da Semana do Assistente Social, promovida pela Associação Profissional dos Assistentes Sociais de Alagoas (APASAL), em maio de 1983, na capital alagoana, e entre as palestras ministradas no evento, foi realizada uma sobre o movimento sindical no país e a participação dos assistentes sociais neste processo, tendo como palestrante Sérgio Barroso, membro representante da Comissão Pró CUT. Além disso, o registro menciona que teria sido discutido no evento a transformação da APASAL em sindicato (Arquivo Nacional, 1983).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

compartilhamos algumas das primeiras sistematizações deste esforço de investigação.

CONCLUSÃO

Ao produzir este texto e apresentar algumas das particularidades do Serviço Social em Alagoas, inseridas no processo de renovação crítica que se dava em todo o Brasil, foi possível identificar na realidade local as tendências que se colocavam no país, ainda que tenha sido necessário destacar o que é próprio deste estado periférico economicamente no país. A demarcação do tema da pesquisa na década de 1980 valoriza o momento em que a renovação crítica estava em curso, o que envolveu mudanças significativas na formação profissional, no direcionamento teórico, na ética profissional e na organização política da categoria.

Destacamos, ainda, a riqueza das fontes históricas, reiterada a cada nova incursão da equipe de pesquisa nos registros presentes em textos bibliográficos da época, nas análises posteriormente produzidas, nos documentos institucionais impressos e até manuscritos e na documentação já digitalizada e disponibilizada na internet, como as acessadas no Arquivo Nacional. Seguiremos com nosso esforço de pesquisa, em busca do resgate histórico e da preservação da memória de nossa profissão.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, M. B. A; ALCÂNTARA, N; SOUZA, M. S. *Pós-graduação em Serviço Social na UFAL: história, desafios e perspectivas*. In: 60 anos do Serviço Social em Alagoas. Maceió: Edufal, 2017.
- AMARAL, M. V. B. A; SOUZA, M. S. de.; TRINDADE, R. L. P. Marcos históricos do Serviço Social em Alagoas. In.: MOTA, Ana E., VIEIRA, Ana V., AMARAL, Ângela. (orgs.). *Serviço Social no Nordeste: das origens à renovação*. São Paulo: Cortez, 2021.
- ALMEIDA, T. R. de. *O estudo da disciplina de direito e legislação social nos cursos de Serviço Social: "o sapatinho de cristal"*. 2016. 107 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2016.
- ANÁLISE dos Cursos de Graduação Relatório da Área de Serviço Social. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*. Ano VI, n. 17. São Paulo: Cortez, 1985.
- ARQUIVO NACIONAL. (Brasil). Serviço Nacional de Informações. Disponível em: <https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/servico-nacional-de-informacoes-2>.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

BONETTI, D. A; CARVALHO, A. M. P. de; IAMAMOTO, M. V. Projeto de investigação: a formação profissional do assistente social. *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 14, abr. 1984.

CAMPOS, A. M. O SINDJORNAL e a reorganização do movimento sindical alagoano no contexto do novo sindicalismo (1978-1983). Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/123456789/11041>.

CARVALHO, C. P. de. *Alagoas 1980-1992: a esquerda em crise*. Maceió: Lumen/Engenho/Edufal, 1993.

CASTRO, M. M. de; TOLEDO, S. N. A reforma curricular do serviço social de 1982 e sua implantação na faculdade de serviço social da universidade federal de Juiz de Fora. *Libertas*. 2011.

CENEAS. Salário-mínimo profissional dos assistentes sociais (pesquisa). *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 10, dez. 1982.

COSTA, G. M. da; PIMENTEL, E. (Org.). *Expressões da questão social em Alagoas: estudos de aspectos sociais históricos e econômicos*. Maceió: Edufal, 2020.

LOPES, W. R. Os primeiros anos do PT em Alagoas (1979/1989). Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2016. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/2167>.

MARANGONI, G. Anos 1980, década perdida ou ganha? *Desafios do Desenvolvimento*, São Paulo, v. 9, n. 72, jun. 2012. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2759:catid=28&Itemid=23. Acesso em: 11 jan. 2024.

NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 2017.

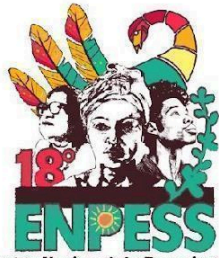
SILVA, J. L. da. Curso de Serviço Social em Alagoas e movimento estudantil. In: COSTA, G. M. da; SOUZA, R. M. de (Org.). *Curso de serviço social 50 anos em Alagoas: educação, direitos e emancipação humana*. Maceió: EDUFAL, 2008.

SILVEIRA Jr., A. A. *O serviço social na particularidade do Nordeste (1940-1980)*. 1. ed. Curitiba: CRV, 2022.

TRINDADE, R. L. P. Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais. *Revista Temporalis*. Brasília: ABEPSS, 2001.

VARGAS, J.; FELIPE, E. S. Década de 1980: as crises da economia e do Estado brasileiro, suas ambiguidades institucionais e os movimentos de desconfiguração do mundo do trabalho no país. *Revista de Economia*, Paraná, 2015.

WANDERLEY, L. E. Conjuntura, a universidade e o profissional. *Cadernos ABESS*, São Paulo, Cortez, n. 1, 1986.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

WEISSHAUPT, J. R. (Org.). *As funções sócio-institucionais do Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1985.